

NIKOLAS STEFANY MACEDO KATOPODIS



APRESENTAÇÃO

Sou natural de Ituiutaba, Minas Gerais. Cursei Direito na Universidade Federal de Ouro Preto (1999-2004), cidade na qual a DPMG mudou minha trajetória, quando, na condição de Assistido da Instituição, tive minha ação de investigação de paternidade patrocinada pela DPMG.

Minha formação acadêmica e trajetória profissional sempre estiveram profundamente ligadas ao serviço público e ao compromisso com o acesso à justiça. Trabalhei no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais como oficial de apoio judicial e assessor de juiz (2004-2011). Ingressei na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em 2011, após aprovação no VI Concurso para Defensoras e Defensores Públicos. Minha primeira lotação foi na Defensoria Pública de Execuções Penais de Teófilo Otoni e, posteriormente, na 3ª Defensoria Criminal de Betim, onde exerci a função de Coordenador Local no período de 2012 a 2013.

Ao longo da carreira, estive no Gabinete da Defensoria Pública-Geral, oportunidade em que atuei em áreas estratégicas da Instituição, exercendo a Coordenação do Projeto Libertas, de estágio e serviço voluntário, a assessoria institucional, a assessoria de planejamento e infraestrutura, bem como o cargo de Subdefensor Público-Geral. Esse ciclo institucional na Subdefensoria-Geral se deu entre os anos de 2021 e 2024, quando retornei à base da Instituição, assumindo a titularidade da Defensoria de Execuções Penais de Betim, atribuições que atualmente exerço.

PLANO DE GESTÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS – UMA PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

Este Plano de Gestão nasce da escuta atenta, da experiência acumulada e do compromisso permanente com o fortalecimento da Defensoria Pública de Minas Gerais como instituição essencial à promoção do acesso à justiça e à redução das desigualdades sociais.

Mais do que um conjunto de diretrizes administrativas, o Plano propõe uma transformação institucional estruturada, responsável e sustentável, ancorada em propostas concretas, mensuráveis e alinhadas à realidade da base da Defensoria. Seu eixo central é a valorização das pessoas, a qualificação do atendimento, a modernização da estrutura e a consolidação de uma cultura de governança transparente, participativa e orientada a resultados sociais.

A transformação proposta parte do reconhecimento de que não há Defensoria forte sem Defensoras, Defensores, Servidoras e Servidores valorizados, capacitados e inseridos em um ambiente institucional seguro, inclusivo e colaborativo. Por isso, o Plano prioriza uma política de gestão de pessoas humanizada, com planejamento de pessoal, capacitação contínua, promoção da equidade de gênero, raça e inclusão, fortalecimento da Escola Superior e integração entre as diversas estruturas institucionais.

No campo do atendimento, o Plano aponta para a construção de um modelo mais eficiente, padronizado e acessível, que combine presencialidade e ferramentas digitais, amplie a atuação extrajudicial e racionalize fluxos de trabalho, sempre com foco na qualidade do serviço prestado à população assistida e no respeito às especificidades locais.

A modernização da infraestrutura física, aliada ao fortalecimento da segurança institucional, é tratada como condição essencial para o pleno exercício das funções institucionais. O Plano estabelece diretrizes para a adequação das Unidades, melhoria dos serviços de apoio, renovação de equipamentos e expansão de modelos organizacionais que garantam melhores condições de trabalho e atendimento.

No eixo da tecnologia e inovação, a proposta é clara: promover uma transformação digital assistida, ética e segura, que utilize a tecnologia como ferramenta de apoio ao trabalho humano, com governança de dados, testes controlados, capacitação permanente e participação ativa da base nas decisões de implantação de sistemas e soluções tecnológicas.

O Plano também reafirma o compromisso com a responsabilidade orçamentária, a valorização remuneratória dentro dos parâmetros constitucionais, a transparência na gestão dos recursos e a busca por fontes alternativas de financiamento que fortaleçam a autonomia institucional.

A governança proposta é participativa, com fortalecimento dos espaços colegiados, escuta permanente da base, devolutiva das decisões e implementação de mecanismos efetivos de integridade, controle interno e transparência. A gestão compartilhada não é tratada como discurso, mas como método.

Por fim, o Plano projeta a Defensoria Pública para o futuro, com planejamento estratégico de longo prazo, expansão sustentável, fortalecimento da atuação coletiva e em direitos humanos, inovação institucional e construção de uma cultura organizacional baseada no pertencimento, na cooperação e no impacto social do serviço público prestado.

Este Plano de Gestão é, portanto, um convite à construção coletiva de uma Defensoria Pública mais forte, moderna, inclusiva e preparada para os desafios presentes e futuros, sem perder de vista sua essência: estar ao lado de quem mais precisa.

NIKOLAS STEFANY MACEDO KATOPODIS

DEFENSOR PÚBLICO

CANDIDADO AO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL – BIÊNIO 2026-2028

ACESSE O PLANO COMPLETO:

https://drive.google.com/file/d/1x4cW32N_Fq9PoaMpyleu9_2uFnRwzlez/view?usp=sharing